



**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 88ª
(OCTOGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 14 DE OUTUBRO DE 2008.

Publicação conferida no Dcl. 15-197 de 31/10/08
Servidor Amos Matrícula: 1173787



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Rogério Ulysses a secretariar os trabalhos da Mesa.

Antes, porém, de passar à leitura do Expediente, cumprimento todos os nossos servidores que estão aqui na galeria do plenário desta Casa e desejo a todos boa sorte na votação da matéria de interesse de todos vocês porque ajuda a restabelecer o salário. Espero que tenhamos *quorum*.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº188, de 17/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 88ª Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Dá-se início aos Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata anterior.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada, sem observações, a seguinte:

- Ata da 87ª Sessão Ordinária.

Procede-se, a seguir, ao Comunicado da Presidência que informa ao Plenário que na elaboração da redação final do Projeto de Lei nº 98, de 2008, foram detectadas duas imperfeições de natureza redacional, expressada na nota técnica da Comissão de Constituição e Justiça acostada aos autos, conforme segue:

1. O art. 7º, Inciso III, faz referência a dispositivo suprimido pela Emenda nº 7.
2. O § 2º do artigo 16 da proposta original e que foi transformado em parágrafo único pela aprovação da Emenda nº 13, apresenta incompatibilidade com o inciso IX do artigo 19, acrescido ao projeto original pela Emenda nº 16.

Em razão disso, foram feitas as adequações redacionais sem adentrar ao mérito e na forma do artigo 205, do Regimento Interno, submeto-as ao Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Indago se há manifestações em contrário. (Pausa).

Não havendo óbices, considero-as aprovadas.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Benício Tavares. (Pausa.)

O Deputado Benício Tavares abre mão.

Concedo a palavra ao Deputado Leonardo Prudente, Líder do Governo nesta Casa. (Pausa.)

O Deputado Leonardo Prudente abre mão.

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

O Deputado Reguffe abre mão.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

O Deputado Batista das Cooperativas não está presente.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, havia ainda Expediente sobre a mesa.

São 5 indicações do Deputado Raad Massouh, 2 indicações do Deputado Chico Leite, 15 indicações do Deputado Milton Barbosa, 1 indicação do Deputado Berinaldo Pontes. Havia 1 requerimento do Deputado Chico Leite, 2 requerimentos da Deputada Erika Kokay, 3 requerimentos do Deputado Cabo Patrício, 1 moção do Deputado Berinaldo Pontes e 1 moção do Deputado Raimundo Ribeiro.

Esta parte do Expediente estava na última página e eu não havia feito a leitura. Era só para retificar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (Bloco Social Trabalhista. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Eurides Brito, Srs. assessores, a minha fala será rápida.

Só para concitar os amigos Parlamentares, colegas, para tentarmos harmonizar as nossas agendas com o plenário. É muito difícil, pois há duas semanas



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

em que só conseguimos votar 2 dias, a muito custo. Eu concito os amigos a harmonizarmos as nossas agendas para que possamos, então, no plenário, dar vazão aos projetos que estão aguardando votação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

O Deputado Cabo Patrício não está presente.

Concedo a palavra ao Deputado Rogério Ulysses.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (Bloco Parlamentar Independente. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, boa-tarde. Eu quero aqui cumprimentar o Deputado Roberto Lucena e os demais Deputados que estão presentes aqui na sessão.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Deputado, quero apenas fazer uma correção; meu nome não é Roberto Lucena é Geraldo Naves.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Desculpe-me, Deputado. Eu me confundi, pois V.Exa. está há pouco tempo conosco, e eu tive um lapso. Peço perdão pela troca de nomes.

Estamos em outubro de 2008, e faz 2 anos que fomos eleitos deputados distritais. Nós tomamos posse em janeiro de 2007, mas fomos eleitos em outubro de 2006.

Sr. Presidente, desde o início de meu mandato, tenho tido o cuidado de fazer constantes prestações de contas do que tem sido feito aqui na Câmara Legislativa do Distrito Federal. Eu tenho feito essa prestação de contas na comunidade de São Sebastião, onde resido, tenho feito essa prestação de contas com alguns grupos que apoiaram a nossa campanha e achei conveniente fazer, também, a prestação de contas, aqui, no plenário da Câmara Legislativa, desses dois anos de mandato.

Durante a minha campanha, Sr. Presidente, demais Parlamentares, pessoas que nos acompanham pela *TV Distrital*, eu confeccionei apenas dois panfletos: um panfleto que vinha com esta descrição: "Esse é de São Sebastião", e um panfleto voltado para a juventude. Eu fiz questão de guardar esses panfletos, porque eu tinha uma preocupação muito grande de que, se eleito, eu realizaria, pelo menos, metade das coisas a que me propus na campanha. E, fazendo uma leitura dos meus panfletos, quero aqui apresentá-los a V.Exas., eu me dei conta de que já cumpri praticamente 70% daquilo que propus na minha campanha, como Deputado Distrital. Eu queria fazer a leitura desses itens. No meu projeto de campanha, quando pedia votos na rua, eu dizia o seguinte: "Ao contrário de promessas, projetos e idéias para São Sebastião". Entre esses itens, estavam: lutar pelo registro da cidade; lutar pela regularização fundiária, que é hoje o maior gargalo da cidade de São Sebastião.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

Desde o início do mandato, estamos brigando, batendo na tecla de que é necessário regularizar as cidades que não têm registro cartorial no Distrito Federal. São Sebastião é uma delas e precisa do registro cartorial para promover o seu desenvolvimento.

Outro Item: ampliar o Orçamento. Eu destinei, por meio de emendas, no ano passado, R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) dos 5 milhões que tinha só para a cidade de São Sebastião, e o Governo Arruda – eu estou fazendo esse levantamento – contribuí para o crescimento daquela cidade com investimentos nunca feitos antes em São Sebastião. Nos últimos 2 anos, o investimento em obras de infra-estrutura é algo inédito na cidade.

DEPUTADO WILSON LIMA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) – Deputado Rogério Ulysses, V.Exa. tem trabalhado muito por aquela cidade, e nós sabemos que V.Exa. foi na “ferida” do problema de São Sebastião, que é a regularização dos lotes, e o meio ambiente impera e emperra a liberação de muitos lotes que existem naquele local, mas a luta de V.Exa. é pertinente. E quando V.Exa. disse que, dos 5 milhões a que V.Exa. tinha direito, 4 milhões e 500 foram destinados para São Sebastião, o Governo fez verdadeira multiplicação, pois, hoje, esses 4 milhões e 500 representam muito pouco em relação ao que o Governo tem investido lá. V.Exa. é um dos mais agraciados de todas as regiões. Parabéns!

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, eu agradeço a V.Exa. É fato: o Governo vem investindo como nunca na cidade de São Sebastião.

Eu me propus, também, Sr. Presidente, a fiscalizar a aplicação do Orçamento e divulgar à comunidade onde está sendo gasto o dinheiro público. Mês a mês, temos divulgado àquela comunidade onde tem sido feito o investimento e a liberação de recursos para a cidade, em especial, recursos que são destinados para a administração regional.

Eu me propus a fazer o mandato comunitário e itinerante, percorrendo bairro a bairro para ouvir a comunidade. E, aí, Deputado Cristiano Araújo, toda sexta-feira nós fazemos uma reunião, bairro a bairro. Nesta semana, faremos a reunião no bairro João Cândido, na quadra 25, e é impressionante porque essas reuniões são muito difíceis, porque a cobrança da comunidade é grande, mas quando você vai até a comunidade e fala francamente, a cobrança insistente passa a se tornar colaboração. O morador começa a colaborar com o mandato e a ajudar na reivindicação das necessidades da cidade.

Nós colocávamos no nosso panfleto de campanha: “Lutar para concluir o saneamento básico de nossa cidade”, e isso vem sendo feito. Recentemente, entregamos o Residencial Oeste, totalmente asfaltado, com águas pluviais, e com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

esgoto em andamento. Ainda existem bairros em São Sebastião que não têm infraestrutura, mas pretendemos, nos próximos 2 anos, pressionar o Governo do Distrito Federal, sensibilizar o Governador Arruda no sentido de que é importante deixar a cidade totalmente urbanizada. "Defender a redução das nossas passagens de ônibus". E agora está aqui o projeto, que é uma chantagem dos donos de empresa, mas que talvez seja o único remédio que temos para não propor o aumento de tarifas. Mas algumas tarifas da cidade de São Sebastião foram reduzidas. Em especial, as tarifas dos ônibus que levam a população até a rodoviária do Plano Piloto pela ponte Juscelino Kubitschek, em que o trajeto é muito menor. "Destinar verbas para o terminal rodoviário". No próximo mês, estamos inaugurando o terminal rodoviário de São Sebastião. "Apoiar eventos culturais, esportivos, religiosos, as quadrilhas de festas juninas e defender a construção de áreas de lazer e do Parque Radical". O Parque Radical já está pronto. Hoje, São Sebastião tem uma área destinada à prática de *skate* - uma proposta do nosso mandato. Consta em nosso projeto de campanha. No Parque Radical, situado em frente à 30ª Delegacia de São Sebastião, há movimento pela manhã, à tarde e à noite. Não pára. É o dia inteiro a meninada andando de *skate*.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Deputado Rogério Ulysses, eu estive, na semana passada, andando por São Sebastião, pelo Setor Leste.

Conforme V.Exa. mencionou, realmente as ruas estão completamente asfaltadas, e mudou muito a cara de São Sebastião. Eu que andei muito por lá, na época da minha campanha, em 2006, e voltando lá depois de certo tempo - logicamente não vou com a mesma intensidade de V.Exa., que vive o dia-a-dia da cidade, vive lá - confesso que senti uma transformação muito grande. Sem dúvida nenhuma V.Exa. tem um grande mérito nisso, pois é um lutador por aquela cidade, um lutador por aqueles jovens.

Eu ouço os jovens dizerem que V.Exa. procura levar muitos eventos culturais e muitas festas para aquela cidade. E eu acredito que isso é muito importante não só na área da cultura, mas também na área de infra-estrutura da cidade.

V.Exa. é um batalhador junto ao Governador Arruda.

Portanto, eu gostaria de parabenizar V.Exa. pela sua luta e dizer que eu acredito piamente que 70% de suas propostas foram cumpridas, pois luta por aquela região.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Cristiano Araújo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

Quero concluir dizendo que, ainda na campanha, eu defendia a criação da universidade distrital e de núcleos de extensão da UnB. Apresentamos, recentemente, o projeto de criação da universidade distrital nesta Câmara Legislativa. Algumas pessoas questionaram a constitucionalidade do projeto. O Governo vem apresentando a proposta de criação da Universidade Regional de Brasília. E eu espero que nos próximos dois anos possamos vencer essas dificuldades.

Eu queria fazer um convite a todos os Parlamentares – ao analisar o seu panfleto de campanha, percebam que algumas vitórias fazem parte do nosso trabalho na Câmara Legislativa, mas algumas frustrações também fazem parte do nosso trabalho. E a maior frustração que tenho é com relação às emendas Parlamentares. Digo isso porque grande parte das propostas que fiz na campanha foram contempladas em emendas Parlamentares, e não tenho a garantia de que essas emendas Parlamentares serão liberadas e que algumas dessas propostas possam ser atendidas. Cito duas: a revitalização da feira e a criação do Parque Ambiental do Bosque.

Ainda bem que tenho contado com o apoio do Governador Arruda. De fato, o Governador tem sido extremamente sensível a todos os pedidos que temos levado ao Governo com relação a São Sebastião. Algumas emendas que não estão sendo contempladas estão sendo acatadas através de outros investimentos.

Quero aqui deixar registrado este apelo: atender às emendas dos Parlamentares é atender aos pedidos dos moradores das cidades do Distrito Federal. É por intermédio dos Parlamentares que as reivindicações se tornam legítimas, e é por intermédio dos Parlamentares que os recursos para as obras essenciais de cada cidade deveriam ser contemplados.

Quero aqui, de público, agradecer mais uma vez à comunidade do Distrito Federal, em especial aos moradores da cidade de São Sebastião que me concederam este mandato de Deputado Distrital, e reafirmar que o meu panfleto de campanha não ficará engavetado. Eu, ano a ano, estarei de volta neste plenário mostrando meu panfleto de campanha. Mostrando, dentro das propostas, quais foram atendidas e quais ainda exigem, por parte deste Parlamentar, dedicação e empenho. Faço isso porque uma das maiores críticas que ouvia na campanha era a seguinte: "Os Parlamentares procuram o eleitor, fazem promessas e são os primeiros a se esquecerem das propostas feitas".

Então, esse panfleto me acompanhará nos 4 anos de mandato. Peço a Deus que, ao final do meu mandato, eu possa contemplar grande parte das propostas que aqui foram feitas, pois tenho a certeza de que elas serão importantíssimas para a população que aqui represento.

Muito obrigado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está encerrado o Comunicado de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Raad Massouh. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Cabo Patrício. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Paulo Tadeu. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Roberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Geraldo Naves.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, servidores da Casa. Quero dizer aos servidores que eu estarei aqui até o final desta sessão para fazer o possível por vocês.

Vou ler um trecho do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O art. 249 diz: "O policiamento do edifício da Câmara Legislativa e suas dependências externas compete, preventivamente, à Mesa Diretora, sem intervenção de qualquer outro Poder".

Vou repetir - "Art. 249: O policiamento do edifício da Câmara Legislativa e suas dependências externas compete, preventivamente, à Mesa Diretora, sem intervenção de qualquer outro Poder".

Estou lendo isso aqui para dizer que a *TV Globo* não manda nesta Casa. Não manda! Ela está aqui hoje para falar sobre o aumento dos servidores, aquele negócio todo. Mas quero deixar bem claro que a *TV Globo* não manda aqui. Ela manda para cá, uma vez por mês, uma repórter – que, evidentemente, não é esta que está aqui hoje – para falar sobre a verba de gabinete, a verba indenizatória. Uma vez por mês ela vem aqui para saber qual Deputado gastou e qual Deputado não gastou. Uma vez por mês ela vem aqui! Ela se chama "repórter da verba indenizatória". E os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Deputados, quando a vêem, já ficam com medo: "Opá! Será que eu passei do limite"? Como se fosse um crime gastar aquilo que está na lei.

Hoje, deparei-me nesta Casa com servidores da polícia legislativa, da segurança da Câmara Legislativa, fiscalizando catraca porque a *Globo* veio aqui e fez uma reportagem sobre a catraca. A *Globo* não manda aqui. Quem manda aqui é o Presidente da Casa; são os servidores; os Deputados, que foram eleitos pelo povo e que ralaram na periferia do Distrito Federal, como falou agora o professor de Educação Física de cujo nome não me lembro, como ele não se lembra do meu. Ele falou que ralou também e que tem as suas pretensões que não são lembradas.

Então, quero deixar bem claro uma coisa, estou falando como Deputado Distrital desta Casa: os servidores exigem respeito; os Deputados exigem respeito. E a imprensa séria respeita e sabe disso. A séria sabe disso.

Por que ninguém publicou que a apresentadora Fernanda Bretanha foi parada em uma *blitz*? Por quê? Está aqui. Foi parada em uma *blitz*, bêbada, embriagada, dizendo "Eu sou da *Globo*!".

Fui diretor da *Globo* por 21 anos da minha vida e sei dos seus critérios. Não é esse que está sendo pautado o jornalismo da *TV Globo*. Caras e bocas denegrindo a imagem dos Deputados Distritais como se não fossem nada. Repórteres vindo aqui fazer reportagens para denegrir a imagem dos Deputados Distritais.

Mas posso falar aqui quantos já foram parados em *blitz* embriagados! Eu posso falar aqui quantos foram revistados no CONIC à noite... Portanto, quero deixar bem claro: é bom respeitar todos os funcionários desta Casa e todos os Deputados.

Falo isso também para a Câmara Legislativa, para o pessoal da *TV Distrital*. Por que não valorizar os servidores da Casa? Estou falando para a *TV Distrital*. Por que não valorizá-los? Por que não entrevistar a família dos servidores da Câmara que estão aqui para saber como eles vivem? Por que não mostrar uma reportagem com o trabalho daquilo que eles fazem aqui na marcenaria, por exemplo? Uma catraca terceirizada que está sempre com problema! Por que não valorizar os funcionários da Casa? Hoje assisti a uma entrevista do Sardenberg. Quem é Sardenberg? Comentarista de economia da CBN. Quem é? Um péssimo comentarista, de décima categoria! Não entende nada de economia! Nada!

Eu dei uma entrevista aqui, naquele cenário lá – aliás, assisti ao Deputado Wilson Lima falando hoje – que nunca foi ao ar. Peço que não a coloquem mais no ar. Coloquem o pessoal da *Globo*.

O art. 6º da Resolução nº 223, de 2006, trata das atribuições dos agentes da Polícia Legislativa. O artigo diz o que eles podem: "Identificação e revista das pessoas que ingressam na Câmara Legislativa, de acordo com as instruções superiores, bem como recolhimento e guarda temporária das armas portadas pelos visitantes".



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Aqui, se não houver guardas, a Mesa Diretora pode requisitar policiais civis ou policiais militares. Portanto, não é preciso que a imprensa venha aqui e diga o que tem que ser feito ou não; se a catraca está funcionando ou não. Na minha opinião, não deveria nem ter catraca. A porta é livre para o povo entrar. Não tem que ter catraca. O povo tem que andar aqui porque aqui é a Casa do povo.

Essa é a minha opinião. Mas vale publicar certas coisas. Rendo as minhas homenagens àqueles jornalistas que acompanham o trabalho diário desta Casa e recomendo a leitura, porque, pelo menos, eles estão divulgando notinhas pequenas.

Rendo homenagem ao *Jornal de Brasília*, que está fazendo um trabalho brilhante, acompanhando o dia-a-dia desta Casa; à *Tribuna do Brasil*, na pessoa do Lívio de Araújo, que vem realizando um trabalho brilhante nesta Casa. Então, rendo homenagem a todos esses jornalistas. Agora, aos outros, que são especuladores e oportunistas de plantão, rendo o meu protesto. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Não mais havendo Parlamentares inscritos para usar da palavra, dou por encerrado os Comunicados de Parlamentares.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já conversei com os Líderes e há acordo para votarmos três itens. Um desses itens é um projeto extrapauta que trata de um crédito suplementar que foi lido no dia de hoje, o Projeto de Lei nº 1.034. Houve a solicitação de informações a respeito desse projeto por alguns técnicos desta Casa, informações essas que já estão à disposição dos Srs. Parlamentares e também da Liderança do PT e dos demais partidos. E, se houver *quorum* suficiente, foi fechado acordo para votarmos os Projetos de Lei nº 1.028 e 1.029, são os itens 11 e 12. Trata-se da votação em segundo turno do projeto que trata da isenção do ICMS para o óleo diesel dos ônibus e também a isenção do IPVA. O impacto financeiro dessas isenções já chegou e já solicitamos que as cópias fossem retiradas para serem distribuídas aos Srs. Parlamentares. Somente após essa distribuição é que colocaremos os projetos em votação. Dessa forma, solicito a V.Exa. que a sessão seja suspensa por alguns minutos para que possamos discutir essas questões no cafezinho.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com a autorização do nosso Líder, Deputado Leonardo Prudente, também conhecido como bilíder, eu gostaria de solicitar a V.Exa. a inversão de ordem do Item nº 13, que é a votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 921,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

de 2008, que “dispõe sobre a carreira de apoio às atividades policiais civis do Distrito Federal”.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. Assim que atendermos a solicitação do Líder Leonardo Prudente, apreciaremos a matéria solicitada por V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que o nosso Líder deve solicitar com urgência que os seus comandados venham para o plenário votar, porque estamos aqui desde as 15h e ainda não há *quorum*. Daqui a pouco teremos que solicitar a verificação de *quorum* porque não vamos ficar aqui “trocando figurinhas” ou “jogando palavras ao ar”. Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas questões. Já indaguei ao Deputado Milton Barbosa, mas agora quero fazer o registro. A primeira diz respeito àquela questão de ordem que fiz a V.Exa. acerca da *revisão daqueles projetos de isenção votados no início da noite de quarta-feira sem as planilhas*. Depois o Líder, Deputado Leonardo Prudente, entrou em contato comigo dizendo que o entendimento era que o segundo turno seria votado com as planilhas. E, agora, o Líder Prudente diz que as planilhas chegaram. Então, eu quero fazer este registro de que efetivamente é preciso que vejamos as planilhas para que tenhamos o impacto. Isso dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, isso dispõe a Lei Orgânica.

A segunda questão é com relação à carreira de apoio da Polícia Civil. Eu também indaguei ao Deputado Milton Barbosa se o projeto, segundo os entendimentos do Colégio de Líderes, está pronto efetivamente para a sua votação. O Deputado Milton Barbosa informou que estava. Então, eu gostaria de fazer estes dois registros.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Deputado Chico Leite, o Deputado Milton Barbosa solicitou em sessões anteriores que a votação fosse postergada, mas hoje S.Exa. disse que o projeto já está pronto para ser votado. Com relação à outra questão levantada por V.Exa., eu gostaria de dizer que o seu pleito já foi atendido.

A Presidência suspenderá a sessão para que possamos fechar acordo com relação à pauta de votação.

Está suspensa a sessão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

(Suspensa às 16h, a sessão é reaberta às 17h34min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Está reaberta a sessão.

Convido o Deputado Bispo Renato a secretariar os trabalhos da Mesa.

Deputado Leonardo Prudente, peço a V.Exa. que informe a esta Presidência o que foi acordado pelos Parlamentares.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº DCL nº188, de 17/10/2008, juntamente com a ata sucinta da 88ª Sessão Ordinária.)

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que coloque em votação, conforme acordo de todos os Parlamentares, matéria constante do Item nº 10, em segundo turno, sobre o programa Brasília Sustentável para atendimento das comunidades. Solicito também que seja colocado em apreciação, em seguida, Item extrapauta com o Projeto de Lei nº 1.034, que trata do crédito suplementar de R\$ 43.688.238,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, duzentos e trinta e oito reais). Há outro item sobre crédito também. Para esses dois projetos há acordo. São os valores: R\$ 37.260.000,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta mil reais) são para a Educação; R\$ 2.612.000,00 (dois milhões, seiscentos e doze mil reais) para a educação; R\$ 1.245.000,00 (um milhão, duzentos e quarenta e cinco mil reais) para o Fundo de Saúde do Corpo de Bombeiros; e R\$ 1.462.000,00 (um milhão, quatrocentos e sessenta e dois mil reais) para o Fundo de Modernização da Polícia Militar do Distrito Federal.

Sr. Presidente, solicite ao Deputado Milton Barbosa que faça a leitura do Item nº 13, em segundo turno, para o apreciarmos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Item nº 10:

Discussão e votação, em 2º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 1.015, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e dá outras providências".

Em discussão, em segundo turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero apenas registrar que vou votar de forma contrária, assim como fiz no primeiro turno, pelo simples fato de que não considero correto que o Governo contraia dívidas e as deixe para os próximos governantes, para os próximos Governos. Não considero essa uma atitude correta.

Apesar de ter uma posição divergente da do meu partido, à época fui favorável à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a considero um dos grandes avanços nos últimos tempos da Administração Pública. Penso que o Governo tem que ser responsável, sério. E eu não considero correto o Governo contrair dívidas e deixá-las para os próximos pagarem.

Só quero deixar registrada a minha posição. Esse é o porquê do meu voto contrário.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Brunelli.

DEPUTADO BRUNELLI (DEM. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero discordar do meu nobre antecessor e dizer que irresponsável e deselegante é vermos pessoas na periferia da periferia.

O Estado tem responsabilidade, porque ele é uma instituição permanente. Os Governos passam pelo crivo das urnas de quatro em quatro anos. E quando o Governo não tem aporte financeiro? O Governo representa o Estado e a legítima coerência, os legítimos meios para buscar os encaixes financeiros, os aportes que estão consolidados na Lei de Responsabilidade Fiscal, para trazer qualidade de vida, mas não só às pessoas que estão abastadas. Pelo contrário, estamos falando aqui de uma PPP; estamos falando aqui de comercialização; não estamos falando de industrialização. Estamos falando de esgoto; estamos falando de asfalto; estamos falando de água; estamos tirando o povo de uma posição subumana, desumana para lhes dar cidadania.

Quero discordar e mostrar que há caminhos e que o Governo acerta o caminho. Parabenizo o modo assertivo. É claro que, se houvesse dinheiro em caixa, não haveria busca de um empréstimo para pagar, perfeitamente, em 20 anos. Acredito que esta Casa é responsável por analisar os efeitos dos impactos financeiros. Na história do estado, o Governo nunca foi irresponsável e caloteiro, nunca deixou de pagar aquilo que contraiu.

Então, quero registrar que são pessoas humildes que necessitam de cidadania.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Continua em discussão o projeto. (Pausa.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 14 Deputados. Houve 1 voto contrário, do Deputado Reguffe, e 10 ausências.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.015, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "autoriza o Poder Executivo a contratar empréstimo externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 13:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carrelra Apoio às Atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994, e dá outras providências".

Relatores: Deputado Paulo Tadeu - CEOF

Deputado Milton Barbosa - CAS

Deputada Eurides Brito - CCJ.

A proposição recebeu duas emendas de Plenário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

A Presidência solicita ao Deputado Cristiano Araújo que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre as duas emendas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda nº 01, de 2008, aditiva, de 2º turno, e à Emenda nº 2, de 2008, supressiva, ao Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Apoio às Atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994, e dá outras providências".

Foram apresentadas duas emendas: uma emenda aditiva, de autoria dos Deputados Alírio Neto e Milton Barbosa, e uma emenda supressiva, também de autoria dos Deputados Alírio Neto e Milton Barbosa.

Há acordo com o Líder do Governo. Somos pela admissibilidade e acatamento das referidas emendas.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 15 Deputados. Houve 9 ausências.

A Presidência solicita ao Relator, Deputado Milton Barbosa, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre as emendas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda nº 01, de 2008, aditiva, de 2º turno, e à Emenda nº 2, de 2008, supressiva, ao Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Apoio às Atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994, e dá outras providências".

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais é pela aprovação das duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados, com a chegada do Deputado Dr. Charles.

Solicito ao Deputado Milton Barbosa que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as duas emendas.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda nº 01, de 2008, aditiva, de 2º turno, e à Emenda nº 2, de 2008, supressiva, ao Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Apoio às Atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, Instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, o parecer é pela aprovação das duas emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

O Deputado Chico Leite acabou de chegar.

Em discussão o projeto em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

Aproveito para solicitar a apreciação do Projeto de Lei nº 1.034.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 921, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a Carreira Apolo às Atividades Policiais Cíveis do Distrito Federal, instituída pela Lei nº 783, de 26 de outubro de 1994, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.034, de 2008, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 43.688.238,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e duzentos e trinta e oito reais)".

Relator: Deputado - CEOF.

A Presidência designa o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre o projeto e as três emendas apresentadas.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.034, de 2008, de autoria da bancada do Partido dos Trabalhadores, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 43.688.238,00 (quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e oito mil e duzentos e trinta e oito reais)".

Foram apresentadas 3 emendas pela bancada do Partido dos Trabalhadores: as Emendas Aditivas nºs 1, 2 e 3. As emendas apenas alteram a modalidade de aplicação de outras emendas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pelo acatamento das emendas bem como pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.034, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 1.198, de 2008, de autoria da Deputada Erika Kokay, que "requer a realização de audiência pública, no plenário desta Casa, no próximo dia 17 deste mês, às 14h, com o objetivo de discutir a importância do processo de democratização dos meios de comunicação".

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de iniciarmos a votação, eu queria apenas tomar conhecimento do conteúdo do requerimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Esta Presidência vai encerrar a sessão...

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Antes, porém, Sr. Presidente, houve um acordo para votarmos o projeto que trata do crédito suplementar nos dois turnos, mas recebi a informação de que existem emendas de Parlamentares ao projeto, que votamos em primeiro turno.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Portanto, se houver anuência dos demais Parlamentares, peço a V.Exa. que votemos, em primeiro turno, o projeto de Lei nº 1.033, e deixemos a votação em segundo turno dos dois projetos relativos a créditos para amanhã, pois, se houver emendas de parlamentares, teremos tempo para fazer a recomposição delas.

(Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Acato a solicitação de V.Exa. e Incluo na Ordem do Dia o Projeto de Lei nº 1.033, de 2008.

Em discussão, em turno único, o Requerimento nº 1.198, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.033, de 2008, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 51.990.000,00 (cinquenta e um milhões, novecentos e noventa mil reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento".

Relatores: Deputado - CEOF.

Designo o Deputado Cristiano Araújo para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.033, de 2008, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 51.990.000,00 (cinquenta e um milhões, novecentos e noventa mil reais) para reforço de dotações orçamentárias consignadas no vigente orçamento".

É importante frisar que há excesso de arrecadação proveniente do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, no montante de 30 milhões, e do Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI, no montante de 21 milhões.

Não foi apresentada nenhuma emenda ao projeto.

Portanto, no âmbito desta comissão, somos pela admissibilidade do referido projeto.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.033, de 2008. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE.

Concedo a palavra ao Deputado Alírio Neto.

DEPUTADO ALÍRIO NETO (PPS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Imprensa presente, servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal, subo a esta tribuna para fazer alguns esclarecimentos porque foi veiculado que esta Casa votaria um projeto de reposição e realinhamento salarial dos servidores, quando, na verdade, o que existe é um estudo e uma reivindicação legítima dos trabalhadores desta Casa, que buscam uma recuperação da sua capacidade econômica por meio do salário.

O que a Câmara Legislativa do Distrito Federal tem, de fato, a apresentar é uma grande responsabilidade no trabalho feito, até agora, nesta legislatura, no enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal. Aliás, este é o primeiro Poder Legislativo no Brasil a conseguir isso sem usar subterfúgio jurídico.

Então, o que temos para falar é que todos os nossos atos são transparentes, tanto que este talvez seja, aqui no Distrito Federal, ou até no Congresso Nacional, o primeiro Poder a disponibilizar suas contas na *internet*, inclusive a verba indenizatória. Não tenho certeza de que a Câmara dos Deputados as disponibilizou, mas o Senado Federal, com certeza, não, e esta Casa já o fez.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

Aproveito para salientar, já que a imprensa está aqui, que o Supremo tomou decisão há poucos dias sobre o nepotismo e, por coincidência, Deputado Chico Leite, estive lendo essa decisão e pude observar que é uma cópia do projeto de resolução que esta Casa já aprovou há um ano e meio - e não vi isso ser noticiado ainda. Esta é uma oportunidade para dizer que somos o primeiro e único Poder Legislativo do Brasil a ter uma lei antinepotismo.

Por isso, acredito que esta é uma boa oportunidade de divulgar essa façanha e esse ganho da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Aproveito para agradecer a presença maciça da imprensa e dizer que é muito bem-vinda a nossa Casa. Há muito tempo, não via o aquário tão chelo. Ficamos felizes com a presença de vocês até para termos a chance de falar sobre alguns assuntos, como, por exemplo, de algumas conquistas da Casa.

Podemos falar sobre a economia do Poder Legislativo, em especial da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Quando assumimos a Mesa Diretora, a conta de telefone da Câmara Legislativa do Distrito Federal era de 250 mil reais por mês. Conseguimos reduzir essa conta para, no máximo, 50 mil reais por mês. Só de telefone, comparando com a legislatura passada, estamos economizando 200 mil reais por mês.

Trata-se de uma série de conquistas que temos que deixar bem transparentes para a sociedade. São algumas conquistas rápidas que eu menciono, mas, tenho certeza, estão norteando até mesmo o Supremo Tribunal Federal. Porque quando o Supremo toma uma decisão e copia exatamente o projeto de resolução antinepotismo que foi votado por todos os Deputados, por unanimidade, deixa-nos de alguma forma até vaidosos. Vaidosos por sabermos que, de alguma maneira, estamos colaborando para o avanço da política brasileira.

Sinto-me, de certa forma, até envaldecido de saber que o Supremo Tribunal Federal nos copiou nessa decisão. Esperamos que outros poderes legislativos copiem também a Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Então, Deputado Chico Leite, eu não poderia deixar de citar uma das maiores atitudes de transparência que esta Casa adotou e foi implantada nesta legislatura. Foi aprovada na legislatura passada, mas fomos nós que regulamentamos e adotamos a votação aberta. Agora não tem mais o voto secreto nesta Casa. Somos o segundo poder estadual a ter voto aberto. Já foi regulamentado, já foi utilizado e esta Casa vem praticando. É, sem dúvida nenhuma, uma mostra de transparência.

Informatizamos a Casa. Quando chegamos aqui, existia uma briga jurídica e eu não sabia a quem pertenciam os equipamentos de Informática. Informatizamos a Casa. Colocamos na *internet* toda a legislação e todo o processo legislativo. As pessoas não sabiam o que se votava aqui, nem quais leis tinham sido aprovadas. A sociedade de Brasília não conhecia o que era Lei Orgânica do Distrito Federal e não a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

tinha atualizada. Hoje, qualquer cidadão que tem acesso a *internet* tem a oportunidade de conhecê-la.

Criamos aqui a Escola Legislativa, que está fazendo um trabalho fantástico. Fantástico! Estamos trazendo alunos das escolas públicas e particulares que vêm aqui e têm a oportunidade de entrevistar Parlamentares, de conhecer o processo legislativo, de saber como a Casa funciona, de inquirir os Deputados, de conversar com os Parlamentares e de tirar as suas dúvidas.

Eu quero deixar esse somatório na mão de cada Deputado. Até daqueles que foram contra. Até daqueles que, de alguma maneira, não queriam, muitas vezes, a aprovação, ou que não lutaram por essa aprovação porque, de alguma forma, ninguém é unanimidade e as pessoas que se impõem de alguma maneira acabam nos ajudando a pensar e elaborar algo melhor.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Eu queria reforçar as palavras de V.Exa. e parabenizá-lo por esse pronunciamento.

Eu gostaria de dizer, até para tornar público, que não só os Parlamentares tinham conhecimento, mas todos os servidores desta Casa, o Sindicato, a Associação dos Servidores e principalmente a imprensa e a população em geral, do que foi feito pelos Parlamentares. Fizemos uma reunião na semana passada com os Parlamentares, recebemos o estudo, discutimos e encerramos em cima desse estudo. Nós discorremos em cima desse estudo e os servidores da Casa, tanto os efetivos quanto os comissionados, podem ter a certeza de que vão receber o reajuste justo, que é a recomposição salarial.

É bom ficar claro que não se trata de aumento de salário para os servidores do Poder Legislativo da Câmara Legislativa do Distrito Federal, é uma reposição de perdas salariais desses trabalhadores, a que eles têm o direito, até porque, como V.Exa. mesmo disse, a Câmara Legislativa do Distrito Federal fez o seu papel e é o único Poder Legislativo do País que se enquadrou na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Principalmente porque, é bom deixar claro, os 98 mil reais que dizem ser verba de gabinete, que, Sr. Presidente, deveria até ter sua nomenclatura alterada, não se trata de verba de gabinete. Os Parlamentares não têm acesso a esse recurso, que é usado para a contratação de servidores e técnicos e não de cabos eleitorais. São servidores e técnicos que prestam um serviço para que os Parlamentares possam, sim, representar a sociedade. Sejam os Parlamentares eleitos pelo movimento sindical, pelo movimento social ou pelas regiões administrativas. Esse é o papel do Parlamentar. Fica parecendo e chega à sociedade a idéia de que esta verba vai para o bolso do Parlamentar, o que não é verdade. É o Departamento de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

Recursos Humanos desta Casa que distribui os servidores que desempenham função nesta Câmara, dentro da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

O Tribunal de Contas do Distrito Federal tem fiscalizado não só essa verba como também a verba indenizatória. Todos os Parlamentares prestam contas ao Tribunal de Contas do Distrito Federal. Não é uma decisão aleatória do Parlamentar. É preciso que a nota fiscal seja atestada por cada um dos Parlamentares, conforme a legislação específica, conforme a legislação desta Câmara Legislativa do Distrito Federal, prevista até no Regimento Interno e na Lei Orgânica do Distrito Federal.

É claro que o Parlamentar que achar que não deve usar a totalidade da verba indenizatória ou da verba de gabinete tem todo o direito e o respaldo de fazê-lo, mas aqueles Parlamentares que usam estão no seu direito e devem, sim, tornar esse uso transparente, como V.Exa. em sua gestão, mostrando na *Internet*, para que cada cidadão – e o Senado Federal já tentou, mas não conseguiu ainda mostrar –, cada eleitor possa ter acesso a quanto e como cada Parlamentar gasta a sua verba indenizatória.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte de V.Exa. Esperamos, também, que o Senado Federal, de repente, acompanhe a nossa Resolução antinepotismo, que a Casa já tem há mais de 1 ano e meio.

Eu queria, até, Deputado Cabo Patrício, se V.Exa. me permite, ressaltar as suas palavras e dizer que tudo que V.Exa. mencionou é perfeito, mas o principal é a responsabilidade com o Distrito Federal que esta Casa teve ao se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal e permitir que o Distrito Federal buscasse recursos internacionais. Hoje, esta cidade tem obras para todos os lados. Há reforma no sistema de transporte da cidade, tudo em consequência da nossa responsabilidade com o Distrito Federal. Fizemos o enxugamento, que muita gente chegava a apostar e a fazer matérias – eu mesmo tive a oportunidade de participar de matérias ao vivo – em que técnicos diziam que não ia dar certo mesmo sem conhecer o que nós estávamos propondo, sem conhecer as nossas contas.

Agora, neste mês, conseguimos a certidão provisória da Secretaria de Tesouro Nacional e no mês de outubro, agora, conseguimos a certidão definitiva, e não tivemos a divulgação mais forte desse êxito, que traz ganhos reais para a sociedade do Distrito Federal e para a sociedade brasileira - porque os outros poderes Legislativos, de repente, podem resolver copiar, como copiaram a nossa lei antinepotismo - e podem tomar a decisão de se enquadrar na Lei de Responsabilidade Fiscal, em vez de buscar o subterfúgio jurídico. Seria muito bom se todos fizessem isso. Eu tenho certeza de que a maioria das pessoas reconhece isso. A verdade é que, como dizem, a boa notícia não é boa notícia para a imprensa, muitas vezes.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu pedi a oportunidade de fazer um aparte, na verdade, para fazer um reconhecimento.

Essa proposta, que eu, particularmente, tive algumas dificuldades para aceitá-la e com a qual tive algumas divergências, foi construída com muita responsabilidade. Essa proposta também é fruto do sacrifício feito pelo conjunto dos Parlamentares desta Casa, que fizeram os cortes para atender à Lei de Responsabilidade Fiscal. E se hoje há uma dilatação do limite prudencial e a possibilidade de alguma readequação, isso só foi possível pelo sacrifício feito por todos os Parlamentares desta Casa. Eu, particularmente, como disse, tenho algumas dificuldades para aceitá-la, mas acho que a análise, até neste momento, tem sido feita de forma superficial e oportunista, e foi sábio dilatar um pouco mais o prazo para o debate para que possamos mostrar à sociedade o que, de fato, está sendo proposto pela Casa. Isso deve ser feito em um ambiente aberto ao contraditório, mas que possamos fazê-lo de maneira um pouco mais profunda e um pouco mais transparente para a sociedade.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Deputado Rogério Ulysses, agradeço o seu aparte, mas quero ampliá-lo um pouco mais.

Se isso foi possível, efetivamente foi possível com o sacrifício dos servidores desta Casa, porque tivemos uma redução efetiva dos salários de alguns servidores e tivemos uma redução efetiva de conquistas individuais, que têm até garantias constitucionais. Ninguém mais do que a Presidência desta Casa, junto com a Mesa, foi contestado, e tivemos um embate muito duro com os servidores desta Casa. Tivemos um embate, realmente, muito duro, mas tenho de reconhecer que a conquista do enquadramento na Lei de Responsabilidade fiscal foi feita com a ajuda e o sacrifício dos servidores da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Essa é que é a grande verdade! Esse é que é o fato. E uma reposição salarial baseada em índices oficiais de perda, como o da Fundação Getúlio Vargas, é pura justiça. Não tenho dificuldade nenhuma de discutir isso! Eu tenho transparência e votaria nisso com tranquilidade, porque iniciei a minha carreira política no movimento sindical lutando por conquistas de trabalhadores e jamais – e tive já a oportunidade de mostrar, como Presidente desta Casa – vou estar contra os servidores públicos, porque sou servidor público de carreira e sei da importância e da necessidade de se pagar um bom salário ao servidor público para que ele tenha condição de prestar um bom serviço.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero, primeiro, somar-me às palavras que V.Exa. traz a este Plenário, em especial, às palavras dirigidas à Imprensa que hoje acompanha os trabalhos desta Casa. E



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

acompanha na perspectiva daquilo que foi divulgado: de que hoje esta Casa aumentaria a verba de gabinete dos Parlamentares da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

É importante dizer que temos, pelos jornalistas e pela imprensa, o maior respeito. Sabemos da importância que a Imprensa democrática, livre, exerce para com o desenvolvimento social, político, e até mesmo econômico de um país, de uma cidade.

Agora, queremos muito que este respeito seja recíproco. Alguns jornalistas chegaram a fazer um exercício futurista sobre as medidas, que reduziram salários, congelaram conquistas, aprovadas, por unanimidade, por todos os 24 Parlamentares. Alguns jornalistas que acompanham os trabalhos desta Casa chegaram a dizer, a escrever que aquelas medidas não iriam surtir nenhum efeito. Que aquelas medidas não iriam, inclusive, enquadrar a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Tribunal de Contas do Distrito Federal na Lei de Responsabilidade Fiscal.

E, felizmente, aquelas medidas, que foram construídas tecnicamente, e depois aprovadas politicamente, foram vitoriosas. A Câmara Legislativa, antes do prazo estabelecido de 31 de outubro, já estava enquadrada na Lei de Responsabilidade Fiscal. E esses jornalistas, Sr. Presidente, não tiveram, na minha avaliação, a mesma atitude de publicar que a Câmara Legislativa estava certa e de que eles estavam errados.

Nós entendemos que este é um processo democrático. Nós erramos, eles também. Agora, o que não podemos aceitar é que se transforme toda uma gestão, conforme V.Exa. disse aqui. Essas atitudes dessa gestão geraram uma economia de quase R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) de enquadramento desta Casa na Lei de Responsabilidade Fiscal; de divulgação, na *internet*, dos gastos da verba indenizatória e também da execução orçamentária. Aliás, muitos jornalistas, hoje, graças à transparência desta Casa, de mês em mês, fazem uma publicação com relação à verba indenizatória, inclusive fazendo críticas que eu acho que são normais. Nós não temos que esconder isso, pois mandato tem que ser financiado publicamente. Mandato não tem de ser financiado por banqueiro, por empresário, nem por esquemas completamente obscuros da própria sociedade. Então, é melhor que haja críticas ao financiamento público dos nossos mandatos do que crítica a financiamentos, muitas vezes, feitos subterraneamente, e que os Parlamentares e a sociedade nem sequer tomam conhecimento deles.

Então, Deputado Alírio Neto, V.Exa. falou muito bem sobre o voto aberto e sobre o fim do nepotismo. O Governador Arruda retirou o projeto desta Casa que tratava dessa questão, e ninguém fala disso. Se a Câmara Legislativa tivesse recuado na aprovação desse projeto sobre o nepotismo, estaríamos nas primeiras páginas dos jornais, estaríamos estampados nos noticiários da imprensa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Portanto, o que queremos é um tratamento transparente, Igualtário, seja o Governo do PT, seja o Governo Democratas, seja a Câmara Legislativa, seja o Poder Executivo, todos merecem ser criticados, mas também merecem ser elogiados.

O que não dá é usar a Câmara Legislativa como escudo de um processo político que acontece nesta cidade. Tudo o que acontece de ruim é por causa da Câmara Legislativa e tudo o que acontece de bom é por causa do Poder Executivo.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – V.Exa. me permite fazer um pouquinho de exercício durante o seu aparte, Deputado Paulo Tadeu?

Quem nos dera tivéssemos, nos meios de comunicação, uma lei antinepotismo, levando-se em consideração que boa parte desses meios, como televisão e rádio, são concessões públicas. Portanto, paralelamente, deveriam ter uma posição antinepotista. E sabemos que isso não ocorre. Basta ligarmos a televisão para vermos filhos e esposas de diretores na televisão; e assim sucessivamente. Quem nos dera tivéssemos a oportunidade de ver cumpridas as leis de licitações para concessões públicas, por exemplo. Vemos canais de televisão mudando de mão, e ninguém diz nada neste País. A lei prevê licitações e a não-permissão de transferência. Quem nos dera tivéssemos a mesma transparência que temos na Câmara Legislativa nos outras instituições públicas deste País.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, para concluir o meu aparte, eu gostaria de citar outro exemplo importante que não podemos esconder.

Esta Casa, hoje, é referência nacional para compra de equipamentos de informática. Referência nacional! Saímos das páginas policiais, pois alguns anos atrás outras legislaturas adquiriram equipamentos de forma obscura. Dessa vez não. Não há o que se dizer. Esta Casa tornou-se referência. É a nossa obrigação. Mas entendo que as coisas boas também precisam ser divulgadas para a população.

Agora, quero apenas dizer, para finalizar, que os trabalhadores desta Casa têm todo o direito de reivindicar – assim como os jornalistas têm o direito de reivindicar aumentos salariais nos seus jornais – a reposição das perdas salariais da Câmara Legislativa. Não podemos aceltar o discurso neoliberal de congelamento de salário, como ocorreu neste País durante 8 anos de um governo. Allás, antes dele surgiu um caçador de marajás, que depois foi cassado, que congelou salários e demitiu trabalhador público. Não vamos compactuar com um discurso neoliberal, o mesmo discurso que muitos pregam porque diziam que o mercado iria regular nossas vidas e nossas relações.

Hoje, aqueles que bajulavam e reproduziam o discurso neoliberal, estão observando - como todos nós - a crise mundial. Os americanos, os ingleses, os pais do neoliberalismo estão hoje, inclusive, comprando, estatizando bancos. Então, o discurso neoliberal é uma falácia, não existe. Quando foi para ter lucro, o mercado regulava tudo. Agora que vem o prejuízo, eles querem que o estado entre para ajudar, inclusive a esse banqueiro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

Mas quero dizer a V.Exa. que como não mudei antes, não mudarei agora. Esta Casa tem que fazer um estudo. Os trabalhadores têm todo o direito de reivindicar. E nós temos que ter a responsabilidade que essa Mesa já teve – porque esta é uma Mesa responsável, sim, estão aí os resultados dela – e, se for possível, dentro dos limites estabelecidos pela economia e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, não tenho nenhuma dificuldade em fazer a reposição salarial dos trabalhadores, porque nós somos responsáveis por esta Casa e pelos trabalhadores que aqui trabalham.

Agora, quero dizer a V.Exas., como Parlamentar, que não quero nenhum benefício para mim. Não quero aumento de tíquete. Não quero aumento salarial. E acho que todos nós Parlamentares não queremos nenhum tipo de ganho individual. Não precisamos receber, neste momento, nenhum tipo de aumento ou reajuste. Mas os servidores desta Casa, como os demais servidores desta Cidade, têm todo o direito de reivindicar. E temos que respeitá-los nas suas reivindicações. Essas são minhas palavras, Sr. Presidente.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Deputado, agradeço suas palavras. Até porque V.Exa. participou de todo esse processo, contribuindo firmemente para o resultado que temos, extremamente positivo, não só para a Câmara Legislativa, mas também para a sociedade de Brasília.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, eu quero me somar a todos os Parlamentares que se pronunciaram para dizer, de forma breve e prática, que V.Exa. tem todo o estofamento moral e profissional para estar proferindo este discurso.

Esta Casa, sob o comando de V.Exa., eleito, juntamente com a Mesa Diretora, por todos nós, tem uma administração exitosa. Exitosa porque colocou a Casa num plano de saneamento, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal. Não se pode dizer – pelo menos nesses quase 2 anos que aqui estamos – que esta Casa tem agido nessa ou naquela direção que não seja no trilho da normalidade, no trilho da lei.

Então, eu queria parabenizar toda a Mesa Diretora e, conseqüentemente, todos nós, Parlamentares, porque aqui tivemos e temos o papel de levar a Casa pelo caminho e pelo trilho da legalidade. É isso o que estamos fazendo. Ninguém pode dizer que a Casa agiu fora dos parâmetros legais.

Muito obrigado.

Parabéns a V.Exa. e à Mesa Diretora.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Milton Barbosa.

Na verdade, eu queria, para encerrar as minhas palavras, dirigir-me aos servidores desta Casa. Eu queria falar para vocês, servidores, que, nesta legislatura, nós tivemos muitas dificuldades. Por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, tivemos que entrar numa rota de contenção de despesas. Tivemos a ousadia de fazer um projeto que não trouxesse prejuízo aos servidores e que garantisse o emprego das mulheres e dos homens trabalhadores desta Casa. Conseguimos o êxito.

Quero dizer a vocês que reiniciamos a construção definitiva da nossa sede. A obra está indo bem. Estive lá recentemente.

Nesse período que estou aqui como Presidente da Casa, vi alguns fatos interessantes. Vi a votação do aumento dos professores, que foi em torno de 16%; vi aumento do pessoal do DETRAN; vi aumento do pessoal da área de Saúde. Foram vários aumentos.

Infelizmente, não conseguimos ainda aprovar a reposição salarial que vocês merecem em virtude da vitória que vocês deram para o Distrito Federal, mas podem ter certeza absoluta de que eu defenderei essa reposição até o último momento em que eu estiver na Presidência da Câmara Legislativa. Podem ter certeza disso, porque é uma questão de justiça.

Muitas vezes, posso ter discordado do posicionamento de vocês com relação à decisão que tínhamos que tomar como Mesa Diretora, mas quero ser sincero: Sei que o sacrifício e que o mérito de termos atingido o enquadramento, evidentemente que com o apoio dos Deputados, é todo, totalmente, dos servidores da Câmara Legislativa. Vocês estão de parabéns por esse sacrifício e têm o meu reconhecimento como Parlamentar desta Casa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE (DEM. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, quero cumprimentar V.Exa., pela clareza do seu posicionamento, e parabenizar o Deputado Paulo Tadeu.

Quero apenas fazer uma reparação sobre as palavras do Deputado Paulo Tadeu em relação à questão do nepotismo. S.Exa. disse que o Governador foi contra o projeto ou pediu a sua retirada. O Governador só pediu a retirada do projeto porque o Superior Tribunal de Justiça, através de súmula vinculante, já determinou e já legislou sobre esse assunto, que já está valendo para todo o País de uma forma mais abrangente e mais completa do que o projeto que veio do Executivo. Fez isso apenas para que a mensagem do Executivo não ficasse destoando da proposta que já foi definida pelo Poder Judiciário.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
14 10 2008	15h25min	88ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Eu queria apenas fazer esse reparo.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO ROBERTO LUCENA (PMDB. Sem revisão do orador.) – Deputado Alírio Neto, há dois meses, eu e o colega Deputado Dr. Charles, com a ajuda de todos os Deputados, lutamos veementemente para repor as perdas salariais dos médicos. Graças a Deus, conseguimos. No outro dia, essas perdas foram repassadas às outras categorias da Saúde. Vimos aumento para a Polícia Civil, aumento para a Polícia Militar e outros. Agora, quando se trata de repor o que os funcionários estão perdendo, dá toda essa polêmica.

Eu, como Deputado e médico, acho que as pessoas que levam a notícia deveriam ser menos sensacionalistas e fazer o seu trabalho de forma íntegra, com imparcialidade.

Muito obrigado.

DEPUTADO ALÍRIO NETO – Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Roberto Lucena.

Tenho muita tranqüilidade de subir a esta tribuna e falar o que disse, porque tenho história na política do Distrito Federal como militante do Partido Comunista na época em que era proibida a sua existência, como participante da fundação do Partido dos Trabalhadores do Distrito Federal, em 1979, no primeiro núcleo criado aqui em Brasília, como militante que fui do PDT por muito tempo e também do PPS há dezesseis anos. Construí a minha história como filho de um operário, filho de uma costureira. Esta história não foi construída lambendo bota de ditadura militar, não, e agora se aproveitando para se locupletar dos meios de comunicação. Desejo que isto fique bem claro! A minha história foi construída com trabalho. Não vou me curvar a nenhuma situação.

Com relação à Câmara Legislativa, se for necessário fazer reposição com responsabilidade, no que depender de mim, essa reposição salarial dos servidores desta Casa irá acontecer.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h25min.)